

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.455.034 - ES (2019/0056146-6)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
AGRAVANTE : TIAGO AMARO DA SILVA (PRESO)
ADVOGADOS : JAIR DE MENDONÇA CARDOSO - ES011115
PETERSON SANT' ANNA DA SILVA E OUTRO(S) -
ES015288
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EMENTA

PENAL. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DO FUNDAMENTO DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **TIAGO AMARO DA SILVA** contra decisão que inadmitiu o seu recurso especial manejado em face do v. acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo**.

Consta dos autos que o agravante foi condenado, em primeiro grau, à pena de 7 (sete) anos e 6 (seis) meses de reclusão, e ao pagamento de 500 (quinhentos) dias multa, pela prática do crime descrito no art. 33, **caput**, da Lei n. 11.343/2006 (fls. 173-179).

O Tribunal de origem negou provimento à apelação defensiva, em assim acórdão ementado (fl. 254):

"APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO. PROVAS. PENA. 1. Não há que se falar em "insuficiência de provas" quando o conjunto probatório mostrou-se sólido o bastante para embasar uma sentença - a propósito, é quase que secular o brocardo segundo o qual, "meras alegações, por mais respeitáveis que sejam suas origens, não fazem prova em juízo"; 2 - A fixação da pena-base deve observar os critérios do artigo 59 do Código Penal e 42 da Lei 11.343/06, podendo, assim, evidentemente, ser definida acima do mínimo teórico previsto para o tipo sob julgamento. 3 - Recurso a que se nega provimento."

Sobreveio **recurso especial**, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição Federal, no qual se sustentou violação: **i**) ao art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, pugnando pela absolvição, por alegada ausência de provas para a condenação; e **ii**) ao art. 59 do Código Penal, e art. 42 da Lei n. 11.343/2006, assinalando que ausência de fundamentação na fixação da pena-base, em razão da valoração excessiva das circunstâncias judiciais.

Pleiteou-se, em síntese, a absolvição do acusado, e alternativamente, o redimensionamento da pena-base para o mínimo legal, estabelecendo-se o regime inicial semiaberto.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 318-328), o Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre, com fundamento na **Súmula 7/STJ**, porquanto a análise do acórdão recorrido, implicaria em revolvimento de matéria fático-probatória; e em relação à dosimetria da pena, assinalou-se sua admissão apenas "*em hipóteses excepcionatíssimas, mormente quando esta se mostrar desarrazoada, em inobservância aos princípios da individualização da reprimenda e da proporcionalidade, ou mesmo, quando não fixadas em parâmetros condizentes com o estatuído pela doutrina e jurisprudência pátria*" (fls. 345-346).

No presente agravo, repisam-se os fundamentos apresentados em sede de recurso especial, acentuando, ainda, a desnecessidade de reexame de provas.

Assinala que "*[a] análise do referido pleito não importa em REEXAME FÁTICO PROBATÓRIO dos autos, mas tão somente em simples análise do JUÍZO DE SUBSUNÇÃO dos fatos narrados à norma penal. Operação esta que demandaria mero exercício da INTERPRETAÇÃO JURÍDICA por parte do julgador, implicando tão somente em REVOLVIMENTO DE DIREITO*" (fl. 356).

Aduz que: "*[a] decisão AGRAVADA que o acórdão recorrido*

encontra-se em ESTRITA CONSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DESTE COLENDO STJ, posto que os Tribunais Superiores somente têm admitido o manejo do recurso especial para fins de dosimetria em hipóteses excepcionálissimas, mormente quando esta se mostrar desarrazoada, ou quando não fixadas em parâmetros condizentes com o estatuído pela doutrina e jurisprudência pátria" (fl. 358).

Alega que "a argumentação defensiva constante do Recurso Especial interposto pela Defesa já foi reconhecida pelo STJ em situações semelhantes" (fl. 358).

E conclui "Termos em que, a nosso ver, NÃO HÁ QUE SE FALAR NA APLICAÇÃO DO REFERIDO ENTENDIMENTO, não podendo, assim, o Recurso Especial interposto pela defesa ser INADMITIDO sob este argumento." (fl. 362).

O Ministério Público Federal, em seu parecer, manifestou-se pelo **não conhecimento do agravo** (fls. 408-410).

É o relatório.

Decido.

O agravo não merece ser conhecido.

O recurso especial foi inadmitido na origem em razão da incidência da **Súmula 7 do STJ**, e quanto à dosimetria da pena, realçou a decisão obstativa de seguimento do apelo nobre, a admissão do recurso especial apenas em hipóteses excepcionais.

Neste agravo, a Defesa, no entanto, olvidou-se de infirmar, **de maneira adequada e suficiente**, todas as razões apresentadas pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao recurso especial, não bastando, para tanto, deduzir genericamente a inaplicabilidade do óbice apontado na decisão agravada.

No caso, deveria o agravante , demonstrar a desnecessidade da análise do conjunto fático-probatório, deixando claro que os fatos foram

devidamente consignados no acórdão a quo, o que não ocorreu.

Registro ainda, que o agravante apenas colacionou alguns julgados (fls. 358-362), na tentativa de infirmar o fundamento em relação à dosimetria da pena sem, contudo, demonstrar a excepcionalidade da hipótese a ensejar o manejo do recurso especial. Não foi, portanto, infirmado devidamente o fundamento da decisão agravada.

Desse modo, a ausência de impugnação dos fundamentos empregados pela Corte de origem para impedir o trânsito do apelo nobre impede o conhecimento do agravo, cujo único propósito é demonstrar a inaplicabilidade dos motivos indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso por meio de impugnação específica de cada um deles.

Nesse sentido:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC DE 1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Descabido o conhecimento do agravo em recurso especial quando o agravante deixa de impugnar especificamente algum dos fundamentos adotados na decisão que negou seguimento ao recurso especial.

2. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 842.493/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 16/5/2016).

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. VERBETE SUMULAR N. 182/STJ. INCIDÊNCIA CONFIRMADA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DEFERIDA.

1. O Agravante não infirmou, especificamente, todos os fundamentos da decisão combatida, o que atrai a incidência da Súmula n. 182 desta Corte.

2. Os Tribunais Superiores, em recentes decisões, firmaram o entendimento de que, após esgotadas as vias recursais ordinárias, apenas casuísticos efeitos suspensivos concedidos

aos recursos excepcionais impedirão a execução provisória.

3. *Agravo regimental improvido e deferida a execução provisória da pena, determinando o imediato cumprimento da condenação, delegando-se ao Tribunal local a execução de todos os atos preparatórios*" (AgRg no AREsp n. 984.287/RS, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 26/06/2017).

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

P. e I.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer
Relator